



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2022

Processo Licitatório nº: 29.690/2021

Processo de Recurso nº: 28.606/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2022

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONTINUADO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DOMICILIAR, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DOMICILIARES**, a fim de atender a demanda da **SUBSECRETARIA DA ATENÇÃO BÁSICA.**, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 151/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de



Comissão de Pregão II

Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 174/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 26 de outubro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 29.690/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00151/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO CONTINUADO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DOMICILIAR, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DOMICILIARES, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SUBSECRETARIA DA ATENÇÃO BÁSICA. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.



Comissão de Pregão II

Às 12:03:23 do dia 26/10/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 22.1 do Edital nº 151/2022;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA, apresentou o recurso para o Grupo 1 em 01/11/2022.

Em 07/11/2022, a licitante HOSPITAL EM CASA LTDA apresentou Contrarrazões, para o mesmo Grupo;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega, que *"...a referida empresa não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação irregular e incompleta. Vejamos...."*

b) Afirma que, *"... no item 19.1, um dos documentos necessários para comprovar a regularidade fiscal e trabalhista do licitante é o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda). A empresa HOSPITAL EM CASA LTDA, apresentou o documento, mas este não possui na sua descrição de atividade principal ou secundária nada que seja próximo à comercialização de gases..."*

c) Afirma que, *"... a empresa HOSPITAL EM CASA LTDA não possui Autorização de Funcionamento (AFE) para os produtos que são objeto da licitação*



Comissão de Pregão II

*(somente produtos correlatos), não possui Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos e nem químico responsável por suas atividades...".*

d) Conclui que, "... Dessa forma, a documentação apresentada pela empresa HOSPITAL EM CASA LTDA não é capaz de comprovar a qualificação técnica exigida pelo edital, de forma que não atende os objetivos traçados pela Administração Pública e, por se tratar de inequívoco descumprimento aos termos do edital, deve culminar com a sua INABILITAÇÃO...".

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) "...requer esta licitante o recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo, para ao final, julgar totalmente procedente o presente recurso para fins de rever a sua decisão.... "

b) "...Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior para que seja reapreciado..."

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida HOSPITAL EM CASA LTDA, alega que *"...O cartão de CNPJ da recorrida encontre-se juntado aos documentos de habilitação sob o nome "19.1 CNPJ", porém trazemos aqui as atividades dispostas nele.*

*Atividade Econômica Principal*

*46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente ..."*



Comissão de Pregão II

Prossegue alegando que, *"... Em consulta ao site [https://concla.ibge.gov.br/busca-onlinecnae.html?option=com\\_cnae&view=atividades&Itemid=6160&tipo=cnae&chave=OXIGENIO&versao\\_classe=7.0.0&versao\\_subclasse=10.1.0](https://concla.ibge.gov.br/busca-onlinecnae.html?option=com_cnae&view=atividades&Itemid=6160&tipo=cnae&chave=OXIGENIO&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=10.1.0), sob a consulta da palavra "OXIGÊNIO", podemos observar que o código para comercialização de oxigênio medicinal é o de número 46.84-2-99...", afirma que o CNAE é, "...exatamente a mesma atividade lançada no cadastro da Recorrida. Dessarte, não há razões para o acolhimento da pretensão da Recorrente..."*

Alega que quanto ao segundo ponto abordado pela recorrente, *"...Foram juntados dois atestados de capacidade técnica, conforme solicitado no item 21.1 do edital..."*, prossegue alegando que *"...O Recorrente afirma que a recorrida não possui Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos e nem químico responsável por suas atividades, porém, não há essas exigências no edital e, por consequência, tais documentos não foram incluídos nos documentos da recorrida..."*, afirma ainda que, *"a Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa, foi apresentada no documento denominado "21.3 alvará Vigilância Sanitária - 30-05-2025....", prossegue afirmando que "...Também foi apresentado um documento denominado "JUSTIFICATIVA AFE", no qual se comprova que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA não está emitindo autorização de funcionamento para distribuidores de Gazes Medicinais, desta maneira impossibilitando a recorrida de possuir o referido documento..."*

Requer a recorrida que *"...requer a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação;"*



Comissão de Pregão II

*"E diante de tudo, a consequente adjudicação e homologação do certame em favor do Hospital em Casa LTDA"*

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."*



Comissão de Pregão II

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA,

Quanto a alegação que: *"... no item 19.1, um dos documentos necessários para comprovar a regularidade fiscal e trabalhista do licitante é o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda). A empresa HOSPITAL EM CASA LTDA, apresentou o documento, mas este não possui na sua descrição de atividade principal ou secundária nada que seja próximo à comercialização de gases..."*

Conforme pode ser verificado na documentação de Habilitação da empresa HOSPITAL EM CASA LTDA, junto ao sistema Comprasnet bem como nos autos do processo administrativo licitatório autuado sob o número 29.690/2021, a empresa recorrida enviou o Contrato Social da empresa bem como o Comprovante de Inscrição no CNPJ onde ambos trazem as atividades dispostas:

*46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente .*

Em consulta ao site do IBGE, endereço eletrônico <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=4684299&tipo=cnae&view=subclasse> podemos identificar que tal código compreende, dentre, outros:

- o comércio atacadista de produtos químicos tais como:
- álcool etílico, soda cáustica, cloro e derivados, oxigênio, água destilada, elementos não-petroquímicos ou carboquímicos [grifo nosso],

Não assistindo assim. razão a recorrente.



Comissão de Pregão II

Quanto a alegação que: *"...a empresa HOSPITAL EM CASA LTDA não possui Autorização de Funcionamento (AFE) para os produtos que são objeto da licitação (somente produtos correlatos), não possui Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos e nem químico responsável por suas atividades..."*

Conforme pode ser verificado na documentação de Habilitação da empresa *HOSPITAL EM CASA LTDA*, junto ao sistema Comprasnet bem como nos autos do processo administrativo licitatório autuado sob o número 29.690/2021, a empresa recorrida juntou um documento denominado "JUSTIFICATIVA AFE", no qual informa que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA não está emitindo autorização de funcionamento para distribuidores de Gases Medicinais. Em consulta ao site da ANVISA, endereço eletrônico <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/medicamentos/gases-medicinais/informacoes-gerais> podemos confirmar a seguinte informação:

[...]

*10. As empresas que fabricam gases medicinais são reguladas pela Anvisa?*

*Sim. Todas as empresas que participam das etapas de produção de gases medicinais, tais como síntese química, compressão ou separação de gases e qualquer tipo de envase são reguladas pela Anvisa.*

*Assim, embora a notificação dos Gases Medicinais esteja suspensa, todas as empresas que fabriquem ou envasem gases medicinais devem obrigatoriamente possuir a Autorização de Funcionamento – AFE, expedida pela Anvisa e cumprir com os requerimentos de Boas Práticas de Fabricação, estabelecida pela RDC nº 301/2019 e IN nº 38/2019.*





Comissão de Pregão II

*A concessão de AFE é orientada pelas Resoluções RDC nº 16, de 01 de abril de 2014 e RDC nº 32, de 5 de julho de 2011, que abrangem empresas fabricantes e envasadoras de Gases Medicinais.*

*Considerando o impacto regulatório no mercado de gases medicinais e as especificidades do setor, a ANVISA ainda não estabeleceu os requisitos com a concessão de AFE para as empresas que realizam as etapas de distribuição, armazenamento e transporte de gases medicinais e, portanto, essas empresas não necessitam de AFE para seu funcionamento. [grifo nosso]*

*Os estados e municípios, com base em legislações próprias, podem expedir Licença Sanitária para empresas distribuidoras, armazenadoras e transportadoras de Gases Medicinais.*

Quanto a alegação que a recorrida, não possui Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos e nem químico responsável por suas atividades, tais exigências não foram incluídas no instrumento convocatório, não sendo plausível sua inabilitação, pelos motivos alegados. Cumpre destacar que inobstante tais exigências não terem sido incluídas como critério de habilitação no edital, a empresa HOSPITAL EM CASA, enviou as comprovações em sua peça de contrarrazão recursal. Por todo exposto entende, este pregoeiro, não assistir razão às alegações da recorrente.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa DUC GAS EQUIPAMENTOS DE SOLDA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 151/2022, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO, mantendo o julgamento anteriormente



Comissão de Pregão II

proferido, permanecendo habilitada a empresa HOSPITAL EM CASA LTDA no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 151/2022.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 10 de novembro de 2022.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870